

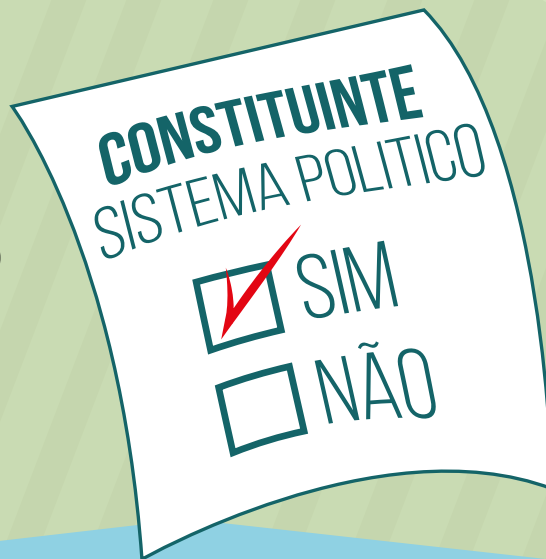
Página 13



■ Nº135 ■ SETEMBRO/2014

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

Voto SIM no plebiscito popular



Um embate duríssimo

Ao longo dos últimos meses, os editoriais de *Página 13* chamaram por diversas vezes a atenção de nossos leitores para três variáveis que incidem fortemente nas eleições presidenciais de 2014.

O aprofundamento da crise internacional e, por decorrência, a maior pressão das potências imperialistas sobre a América Latina e o Brasil. Os acontecimentos na Palestina, na Ucrânia e na Argentina, bem como as decisões da mais recente reunião dos Brics, só confirmam a intensidade da crise.

O acirramento da disputa entre as duas vias de desenvolvimento do Brasil, com o grande empresariado e parcela dos “setores médios”, a oposição de direita e o oligopólio da mídia deixando claro sua aversão radical a toda e qualquer medida vinculada a soberania nacional, a integração latino-americana e caribenha, a ampliação das liberdades democráticas, ao bem estar social e a igualdade. Esta segunda variável teve uma de suas expressões mais caricatas na famosa “análise” divulgada pelo Banco Santander. Mais relevante, entretanto, é a combinação de três atitudes, por parte do grande capital: a “greve de investimentos”, a “greve de contribuições” e a “aposta na inflação”.

A ampliação (relativamente às eleições de 2010) da parcela da população e do eleitorado oriundo da classe trabalhadora, que mantém reservas ou até mesmo desconfiança frente ao petismo, frente ao lulismo e frente à candidatura Dilma presidenta. Destaque-se, neste particular, a existência de um grande contingente de jovens e mulheres que tende a votar branco, nulo ou não sabe em quem votar; e o desempenho de nossas candidaturas estaduais e propor-

A candidatura Marina combina várias características úteis para a oposição de direita. Primeiro, sua conversão ao neoliberalismo e à política externa subalterna. Segundo, seu ódio visceral ao petismo, ao lulismo e a Dilma. Terceiro, uma (falsa) imagem de sintonia com “o novo”, com as aspirações populares por uma política diferente. Quarto, uma capacidade de disputar o voto evangélico. Quinto, o recall das eleições de 2010. E, finalmente, a ilusão de que ela expressaria uma terceira via (ou uma síntese) entre PT e PSDB.

cionais, especialmente na região sudeste do país e nas grandes cidades.

A verdade é que, depois de quase 12 anos de presidência petista, houve mudanças importantes no país e por isto mesmo parcelas crescentes da população estão “insatisfeitas”, cada qual a seu modo.

De um lado, o grande empresariado e os “setores médios tradicionais” (assalariados de alta renda, assim como setores da pequena burguesia) estão insatisfeitos com as mudanças ocorridas, querem evitar seu aprofundamento e querem recuperar o espaço perdido.

De outro lado, amplos setores da população trabalhadora e parcelas dos “setores médios” estão também insatisfeitos, não com o sentido das mudanças, mas sim com a timidez das mudanças realizadas e querem ganhar mais e mais rápido.

A oposição de direita conhece o desejo popular por mais mudanças e sabe que só ganhará as eleições presidenciais se conseguir aparecer, para a maioria do eleitorado, como a portadora de mudanças. Acontece que existe uma contradição antagônica entre a mudança desejada pelo povo e a mudança desejada pela oposição de direita.

As mudanças desejadas pelo povo, nós traduzimos em mais Estado, mais desenvolvimento, mais políticas públicas, mais emprego, mais salário, mais democracia.

Já a mudança desejada pela oposição de direita implica em desemprego, redução de salários, menos direitos, menos políticas sociais e democracia: é uma mudança para pior.

Por isto, a oposição de direita não pode assumir abertamente seu programa, não pode dizer que tipo de mudança deseja para o país. Dizer que vão gerar desemprego, reduzir salários e investimentos sociais seria a derrota antecipada.

Sem poder falar do futuro que pretendem construir e sem poder falar do seu próprio passado - quando implementaram no Brasil o programa neoliberal - o que resta para a oposição de direita é criticar “tudo isto que está aí”, combinando a denúncia de problemas (reais ou não), a manipulação midiática e a sabotagem ativa, para criar um ambiente de crise, deterioração e caos.

Por isto o oligopólio da mídia anda tão crítico quanto à realidade brasileira, para

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

Direção Nacional da AE: Adilson Nascimento dos Santos (MS), Adriana Miranda (DF), Adriano Oliveira (RS), Aila Marques (CE), Ana Afonso (RS), Ana Lúcia (SE), Ana Rita (ES), Beto Aguiar (RS), Bruno Elias (DF), Carita Rosa das Chagas (PA), Damarci Olivi (MS), Daniela Matos (MG), Denize Silva de Oliveira (MS), Denise Cerqueira Vieira (TO), Dionilso Marcon (RS), Edma Walker (SP), Eduardo Loureiro (GO), Emílio Font (ES), Expedito Solaney (PE), Fabiana Malheiros (ES), Fabiana Rocha (ES), Iole Iliada (SP), Iriny Lopes (ES), Isaias Dias (SP), Jandyra Uehara (SP), Janeth Anne de Almeida (SC), Joel Almeida (SE), Jonatas Moreth (DF), José Gilderlei (RN), Laudicéia Schuaba (ES), Leyse Souza Cruz (ES), Lício Lobo (SP), Lúcia [Maria Barroso Vieira] (SE), Marcel Frison (RS), Marcelo Mascarenha (PI), Marco Aurélio Moreira (MG), Mario Candido (PR), Múcio Magalhães (PE), Olavo Carneiro (RJ), Pere Petit (PA), Rafael Tomyama (CE), Raquel Esteves (PE), Rosana Ramos (DF), Rafael Pops (DF), Regiane Cerminaro (SP), Rubens Alves (MS), Sílvia de Lemos Vasques (RS), Sonia Hypólito (DF), Teresinha Fernandes (MA), Ubiratan Félix (BA), Valter Pomar (SP). **Comissão de ética nacional:** Eleandra Raquel Koch (RS), Rodrigo César (SP) e Wagner Lino (SP).

Edição: Valter Pomar **Diagramação:** Cláudio Gonzalez (Mtb 28961)

Secr. Gráfica e Assinaturas: Edma Walker edmawalker@gmail.com End. para correspondência: R. Silveira Martins, 147 conj. 11, São Paulo (SP), CEP 01019-000.

Obs.: Esta versão só circulará em formato digital

reforçar o ambiente negativo do qual se nutrem as candidaturas da oposição de direita.

Mas até 13 de agosto, as pesquisas mostravam que as candidaturas presidenciais da oposição não estavam conseguindo converter em voto válido este sentimento oposicionista presente em parcelas importantes do eleitorado.

Pois bem: para a oposição de direita, a trágica morte de Eduardo Campos foi a oportunidade para tentar resolver esta aparente contradição.

Não está dado que consigam isto, mas devemos reconhecer que as condições objetivas e subjetivas para isto existem. E está claro que existe uma decisão neste sentido, por parte do estado-maior da direita, que é o oligopólio da mídia.

A candidatura Marina combina várias características úteis para a oposição de direita. Primeiro, sua conversão ao neoliberalismo e à política externa subalterna. Segundo, seu ódio visceral ao petismo, ao lulismo e a Dilma. Terceiro, uma (falsa) imagem de sintonia com “o novo”, com as aspirações populares por uma política diferente. Quarto, uma capacidade de disputar o voto evangélico. Quinto, o recall das eleições de 2010. E, finalmente, a ilusão de que ela expressaria uma terceira via (ou uma síntese) entre PT e PSDB.

Para alguns setores do grande empresariado, estas características positivas não a convertem em “presidente ideal”, motivo pelo qual esperam apenas que ela ajude na ida de Aécio ao segundo turno e o apoie neste momento.

Para outros, as debilidades da candidatura Aécio e as afinidades eletivas entre o pensamento de Marina e o pensamento neoliberal (vide declarações de Pêrsio Arida e Eduardo Gianetti) justificariam uma aposta total em Marina.

Para ambos setores, entretanto, a tragédia de Campos e uma possível candidatura Marina é vista como muito útil na batalha contra o PT e Dilma. Na avaliação destas hienas, Marina seria capaz de fazer aquilo que Campos não estava conseguindo. É por isto que muitas declarações de pêsames vindas da direita e da mídia foram acompanhadas de explícita comemoração.

Por tudo isto, espera-se que não haja frente a Marina as ilusões que muitos setores tinham frente a Campos, ilusões que transparecem explicitamente em várias mensagens de condolências vindas de setores da esquerda partidária e social.

Agora que Marina é candidata presidencial, crescem as possibilidades de segundo turno; bem como crescem as possibilidades de Aécio não estar no segundo turno. Neste cenário, torna-se ainda mais atual algo que já dissemos e reafirmamos várias vezes, nos últimos anos: o Partido dos Trabalhadores e o conjunto da esquerda política e social brasileira precisam dar um salto na sua capacidade organizativa, política, teórica, cultural e estratégica.

As eleições de 2014 serão não apenas as mais duras, mas também as mais caras da história recente: as três principais candidaturas falam de gastos que, somados, atingem 916 milhões de reais. Ao mesmo tempo, o grande capital está reduzindo ao máximo suas contribuições para as campanhas eleitorais, em especial as contribuições para as candidaturas do PT.

O grande capital não é “íngrato” nem “desinformado”, apenas sabe que certas intenções que manifestamos, certas opções que fizemos e os êxitos que acumulamos, são incompatíveis com o padrão de acumulação hegemônico no grande empresariado brasileiro. Dizendo de outra maneira, o atual padrão de acumulação do grande capital necessita da perversa combinação de desemprego e salários baixos, com preços e juros altos.

Para ganhar as eleições, precisamos demarcar claramente com a oposição de direita, apontar o que eles fizeram quando foram governo nacional e onde são governo nos estados e municípios, contrapondo ao que nós fizemos e principalmente deixando claro o que faremos no segundo mandato Dilma Rousseff.

Esta ênfase no futuro, embora tenha sido oficialmente aceita, ainda não se traduziu adequadamente nas diretrizes programáticas, nos materiais de campanha, nem mesmo nos principais pronunciamentos da presidenta Dilma Rousseff.

Por isto, insistimos:

*é preciso reconhecer e incorporar nas campanhas o papel positivo e indispensável dos movimentos e das lutas sociais, para nossas vitórias eleitorais e principalmente para o êxito dos nossos governos;

*é preciso encampar urgente e efetivamente a “pauta da classe trabalhadora”, tal como apresentada pela CUT, inclusive o fim do favor previdenciário e a jornada de 40 horas;

*coerente com afirmar a urgência inadiável da reforma política, a presidenta Dilma Rousseff deve convidar a população a votar no Plebiscito Popular;

*é preciso tomar medidas imediatas no sentido da democratização da comunicação e dar destaque a isto no programa de governo 2015-2018;

*é preciso abandonar o discurso equivocado que insiste em chamar de “classe média” os setores da classe trabalhadora que, graças às nossas políticas, ampliaram sua capacidade de consumo;

*é preciso enfatizar a defesa das reformas estruturais;

*é preciso enfrentar a ditadura do capital financeiro, ampliando o peso dos bancos públicos, quebrando o oligopólio dos bancos privados, reestruturando a dívida interna, estabelecendo controle sobre os fluxos de capital.

Para continuar democratizando o país, ampliando o bem-estar social e trilhar um caminho democrático-popular de desenvolvimento, será necessário combinar ampliação da democratização política e políticas públicas universalizantes do bem estar-social, com um padrão de desenvolvimento ancorado em reformas estruturais: a reforma tributária, a reforma do setor financeiro, a reforma urbana, a reforma agrária, a universalização das políticas sociais, a reforma política e a democratização da comunicação. Reformas que do nosso ponto de vista, articulam-se a uma estratégia de luta pelo socialismo.

Precisamos libertar a economia e a sociedade brasileira de um padrão de desenvolvimento econômico que prevaleceu não apenas durante o neoliberalismo, mas ao longo de muitas décadas. Se não conseguirmos fazer isto, se não conseguirmos mudar o padrão de desenvolvimento, sofreremos uma derrota estratégica.

Por isto, o Partido dos Trabalhadores tem como objetivo não apenas vencer as eleições presidenciais, mas vencer criando as condições para um segundo mandato superior, melhor, mais avançado que o atual. Por isto e para isto, seguiremos dedicando o melhor dos nossos esforços para a reeleição da presidenta Dilma Rousseff. ★

Os editores

Votamos SIM pela Constituinte e pela reforma política

*Bruno Elias**

Depois de meses de debates e mobilizações, acontece de 1 a 7 de setembro em todo o Brasil o Plebiscito da Constituinte. Nos locais de trabalho e sindicatos, nas escolas e universidades, nos bairros e assentamentos, no campo e na cidade, a população é convidada a responder a seguinte pergunta: você é a favor de uma constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político?

A realização do plebiscito da Constituinte é resultado da articulação de diversos movimentos sociais, partidos políticos e entidades de todo o país, iniciada a partir das manifestações de junho e julho de 2013. Junto com reivindicações concretas contra o aumento das tarifas do transporte público e a violência policial, a insatisfação com a política “tradicional” também esteve presente nas ruas e nas redes.

Cada vez mais, as pessoas têm percebido o atual sistema político como uma barreira para o atendimento das demandas populares por mais e melhores direitos, como saúde, educação, transporte, moradia, trabalho e segurança pública.

A força que tem o dinheiro na política brasileira faz com que os candidatos com maior poder econômico tenham mais chances de se eleger do que os trabalhadores e os setores populares. Aprovar o financiamento público é importante porque o financiamento empresarial das eleições e dos partidos não só distorce a igualdade entre os cidadãos como também privatiza a atividade política e cria um ambiente que estimula a corrupção.

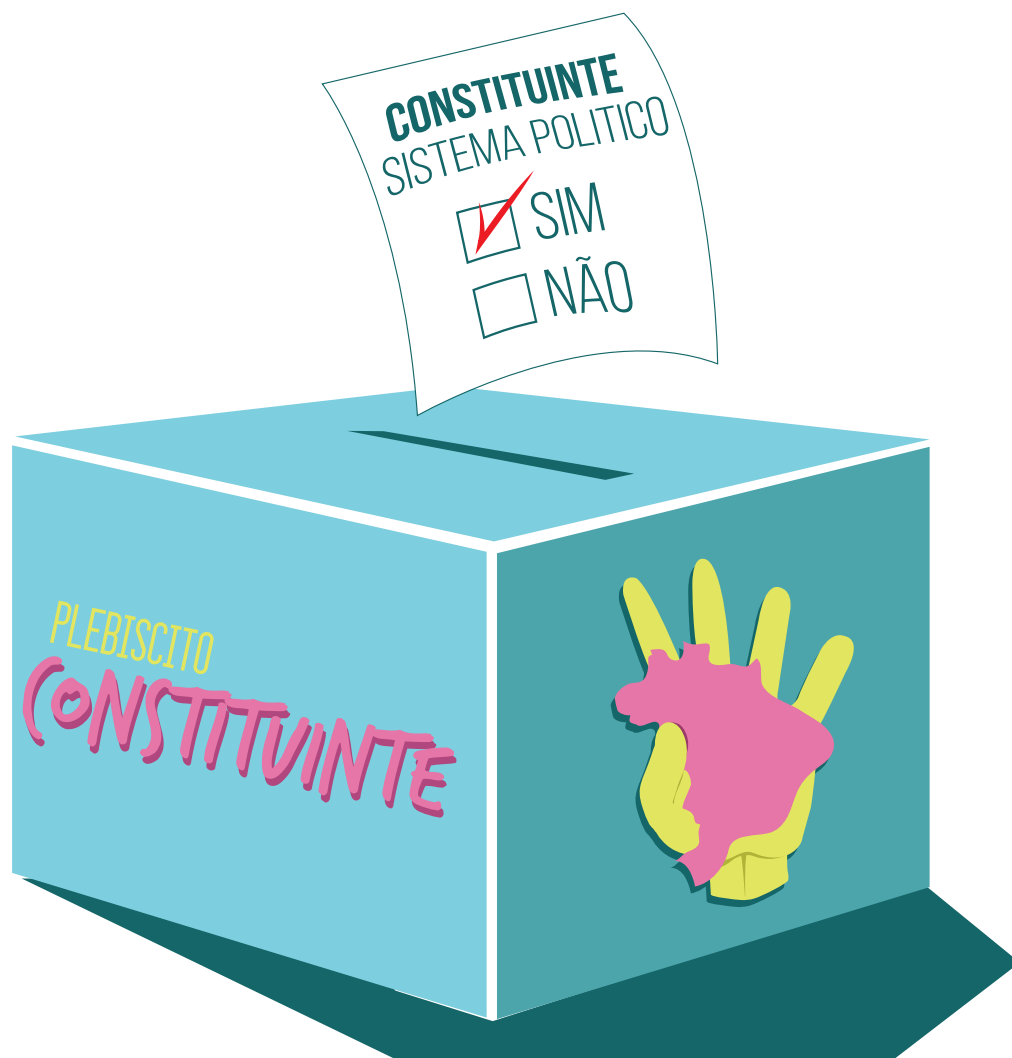
Com esta realidade, a maioria da população também não se vê representada nos espaços políticos. Trabalhadores, mulheres, jovens, negras/os, povos in-

dígenas, entre outros setores populares, acabam tendo seus interesses subrepresentados ou desrespeitados por uma minoria que concentra o poder econômico e o poder político.

Para esta minoria, a participação das pessoas na política se resume, quando muito, a votar de tempos em tempos nas eleições. Mecanismos de democracia direta e participação popular, como os plebiscitos, referendos e leis de iniciativa popular ao invés de serem ampliados e simplificados são dificultados. E como temos percebido no debate sobre a Política Nacional de Par-

ticipação Social, até mesmo os espaços de participação já existentes, como conselhos, conferências, audiências públicas e ouvidorias enfrentam oposição dos setores conservadores.

As distorções do sistema eleitoral e partidário também se expressam em eleições cada vez mais centradas em pessoas e não em idéias e programas políticos. A proposta de lista pré-ordenada, com votação na lista de candidatos organizada pelo partido, fortalece os partidos programáticos e o debate político. Para tanto, essas listas devem ser definidas em processos



democráticos e transparentes, que observem a alternância e paridade entre mulheres e homens e critérios de inclusão dos demais setores subrepresentados.

Depois de tantas tentativas de reformar a política por meio do Congresso Nacional, fica claro que a maioria dos atuais parlamentares, da mídia, do judiciário e do empresariado não quer e não apoiará nenhuma reforma que mude essas “regras do jogo” que os beneficiam. Ou seja, uma reforma política que atenda os interesses do povo só virá com mobilização e participação popular.

Sem reformar a política e ampliar o poder político dos trabalhadores e dos setores populares, também aumentam as dificuldades para avançarmos em outras reformas e mudanças estruturais para o futuro do país, como as reformas tributária, agrária e urbana, a democratização da mídia e a universalização das políticas sociais.

Com a Constituinte, representantes da população seriam eleitos com a responsabilidade exclusiva de fazer as alterações necessárias na nossa Constituição para democratizar o sistema político e ampliar a participação popular.

Para ampliar a mobilização e o debate sobre essas mudanças necessárias no nosso sistema político, a campanha do plebiscito da Constituinte organizou plenárias, manifestações de rua e mais de mil comitês populares em todos os estados do país.

Para ampliar a mobilização e o debate sobre essas mudanças necessárias no nosso sistema político, a campanha do plebiscito da Constituinte organizou plenárias, manifestações de rua e mais de mil comitês populares em todos os estados do país. Contando com a articulação de mais de 400 organizações nacionais e regionais, esperamos alcançar a meta de pelo menos 10 milhões de votos a favor da Constituinte do sistema político.

O período de votação do plebiscito da Constituinte também será um momento de

unidade de outras campanhas do campo democrático e popular, a exemplo da coleta de assinaturas em apoio à Lei da Mídia Democrática (“Para Expressar a Liberdade”), da Coalizão da Reforma Política Democrática e do projeto de iniciativa popular impulsionado pelo PT, que trata de temas estratégicos da reforma política como a própria convocação de uma Assembléia Constituinte, o financiamento público de campanha, o voto em lista pré-ordenada e a paridade de homens e mulheres nas listas partidárias.

O voto SIM no plebiscito popular é parte da nossa mobilização por um novo ciclo de mudanças populares no Brasil. No entanto, nossa luta não se encerra após a primeira semana de setembro. Devemos continuar mobilizados nas ruas, nas redes e nas urnas, pautando as eleições gerais deste ano e posicionando a Constituinte e a reforma política como temas indispensáveis da agenda política no próximo período.★

*Bruno Elias é secretário nacional de movimentos populares do PT

ASSINE O JORNAL
Página 13

CUPOM DE ASSINATURA

Não deixar de preencher nenhum dos campos

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

Telefone: () _____ Celular: () _____

E-Mail: _____

Profissão: _____

CPF: _____ ou

CNPJ: _____

Participa de alguma entidade, movimento ou organização? () sim () não

Se sim, qual: _____

Área de interesse, militância ou atuação: _____

Município e estado de militância: _____



ESCOLHA A OPÇÃO DE ASSINATURA

ASSINATURA ANUAL (12 edições)
() R\$ 100,00

ASSINATURA BIANUAL (24 edições)
() R\$ 200,00

() Declaro que ao efetuar o pagamento da assinatura estou ciente e concordo com os Termos de Assinatura constantes do contrato de assinatura disponíveis no site www.pagina13.org.br

ENVIAR o cupom junto com o comprovante de depósito para: Associação de Estudos Página 13 a/c de Edma Walker
Rua Silveira Martins, 147, cj. 11, Centro - São Paulo-SP, CEP 01019-000 ou para o e-mail assinaturas@pagina13.org.br

PAGAMENTO através de depósito na conta do Banco do Brasil Agência: 3321-9 Conta-corrente: 34.297-1
Em nome de: Rubens Alves da Silva

Baixa política, altos interesses

Eduardo Nunes Loureiro*

Dilma começou seu primeiro mandato com altas expectativas e baixa margem de manobra. A opção de Lula, por um governo sem conflitos estruturais, havia atingido seus limites. A partir de 2011, o grande empresariado já não consegue manter a “convivência pacífica” entre suas imensas margens de lucro & uma política que valoriza a criação e manutenção de empregos e a valorização da renda salarial. A pressão empresarial sobre o governo resulta na política de isenção de impostos, utilizada pelo empresariado para recompor sua margem de lucro – e não para o investimento, conforme previa o governo. Vale dizer que isto ocorreu mesmo estando os juros baixos: 8,75%, os menores desde a criação do Real.

Por outro lado, crescem as mobilizações por melhores salários, pois a inflação -- resultado da simbiose entre aumento do poder aquisitivo, baixa capacidade produtiva e preços de monopólio praticados pelas grandes empresas-- começa a comer os rendimentos e a ameaçar a qualidade de vida dos trabalhadores. Sendo que para a velha guarda da classe trabalhadora, a situação está melhor do que no período neoliberal. Mas para a nova classe trabalhadora, este parâmetro não existe.

No setor público, o governo, pressionado pela arrecadação quase estagnada devido ao baixo crescimento, reluta em dar aumento de salários, o que provoca uma onda de greves de servidores. Na chamada iniciativa privada, a queda de braço é forte: em 2012, depois de 15 anos, as greves do setor privado são mais numerosas que as do setor público.

Renda alta, baixo desemprego, o empresariado busca repassar ao governo a conta da estagnação de sua margem de lucro. Pressionam, com a ajuda da grande mídia, por uma nova série de altas da taxa SELIC. Apesar das resistências, o governo cede.

Os juros altos, a política de superávit primário, a redução da arrecadação por efeito das isenções e reduções tributárias de incentivo à produção privada, reduzem a capacidade de investimento do Estado. Começa a circular o discurso de que a eco-

nomia vai mal, mas o povo vai bem. É neste contexto que ocorrem, em meados de 2013, as movimentações organizadas contra o aumento das passagens do transporte coletivo.

Para a oposição de direita, parece uma oportunidade de ouro. Fazem de tudo para converter o movimento *Não vai ter Copa* num repeteco das jornadas de junho de 2013. Convertem a tragédia de Eduardo Campos em oportunidade. E acreditam piamente que 2014 é o ano em que vão conseguir derrotar Dilma, Lula e o PT. Vejamos a seguir quem são as candidaturas que se apresentam como oposição, em suas variadas matizes.

Os candidatos

Além de Dilma Rousseff, há dez outros/as postulantes à presidência: Aécio Neves (PSDB), Marina Silva (PSB/Rede), Pastor Everaldo (PSC), Luciana Genro (PSOL), Eduardo Jorge (PV), Mauro Iasi (PCB), José Maria Eymael (PSDC), Levy Fidelix (PRTB), Zé Maria (PSTU) e Rui Costa Pimenta (PCO).

MARINA SILVA, ex-petista, ministra do Meio Ambiente do governo Lula de 2003 a 2008, assume a vaga deixada após a trágica morte de Eduardo Campos em acidente aéreo no último dia 13 de agosto.

Apesar de fazer parte da chamada Rede Sustentabilidade (REDE), Marina sai pelo PSB. A chapa bicéfala REDE-PSB completa-se com Beto Albuquerque, deputado federal pelo Rio Grande do Sul.

Os gurus econômicos de Marina Silva dão um claro sinal do que será um governo seu: André Lara Rezende, Eduardo Gianetti e Neca Setúbal, herdeira do Banco Itaú. Dois economistas ortodoxos, ex-conselheiros do PSDB e a herdeira de um dos maiores bancos privados do país. Marina aderiu oficialmente a tese da independência do Banco Central. E sua política econômica aponta para um “tripé” ortodoxo: juros altos, desemprego e renda em queda.

AÉCIO NEVES (PSDB) vive seu inferno astral. Esperava que Eduardo Campos

lhe ajudasse a estar no segundo turno. Com Marina Silva, corre o risco do ajudante virar ele.

Até agora, sua linha tem sido a de “continuar com as coisas boas e acabar com as coisas ruins”. As benesses seriam resultado das bases que os tucanos criaram entre 1995-2002 e as mazelas seriam criação do petismo de 2003 até hoje.

Bate na tecla do autoritarismo, tentando colá-lo ao atual governo, mesmo sem identificar onde. Busca tratar a presidente como incompetente e má gestora, atribuindo-se a eles mesmos os exemplos de boa gestão.

Dialogando com os manifestantes do ano passado, repete por várias vezes que é necessário investimento nos serviços públicos. Ao mesmo tempo, diz que o Estado não deve se meter onde não é necessário, ressaltando três pontos essenciais: saúde, educação e segurança. Dos cinco dedos da campanha de FHC em 1994, três eram exatamente estes.

Partindo do princípio que o programa é coerente, se ele defende Estado mais enxuto e maior investimento em serviços públicos, além de menor carga tributária, a única saída para resolver este dilema é a oferta de serviços públicos por entes privados, em que o cidadão arca com o custo do serviço. Ou seja: privatização.

Por fim: o programa de Aécio acusa o atual governo de não estar “inserido no mundo. Diz que o Brasil deixou de se relacionar com países “de primeiro mundo” em detrimento de “países periféricos e ditaduras autoritárias”, apontando isto como sendo uma das causas da queda verificada em nossa balança comercial. Em nenhum momento é lembrado que estamos na pior crise do capitalismo desde 1929. Há a defesa velada de um imperialismo versão América Latina, sempre alinhado com os interesses estadunidenses.

PASTOR EVERALDO aparece após a polêmica gestão do Pastor Marco Feliciano, seu correligionário, à frente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados.

Assumidamente reacionário, é contra o aborto, a união homossexual, a favor da



redução da maioridade penal e contra a liberação das drogas. Em entrevista ao *Jornal Nacional*, declarou que privatizará tudo o que der para privatizar, inclusive a Petrobrás. Everaldo é um dos resultados concretos da campanha conservadora de 2010, principalmente no segundo turno. Tem nos evangélicos sua principal base eleitoral.

EDUARDO JORGE, ex-petista, ex-secretário do governo Kassab na cidade de São Paulo, também é pré-candidato à presidência da República pelo PV. Segue a linha de tentar o diálogo com aqueles que pretendem votar nulo nas eleições. Propõe medidas que dialogam com o sentimento anti-político, como a redução do número de parlamentares e de seus gabinetes e regalias, a legalização das drogas e do aborto, a implantação de conselhos da cidade no lugar de vereadores, bem como a extinção do salário deles, a implementação do voto facultativo distrital misto -- metade dos eleitos em lista, metade por distritos, além de um novo plebiscito por parlamentarismo. Defende a “austeridade fiscal de Itamar Franco, seguida por PSDB e PT”, incluindo a responsabilidade ambiental.

LEVY FIDÉLIX (PRTB) e **JOSÉ MARIA EYMAEL** (PSDC) são candidatos

em praticamente todas as eleições presidenciais, basicamente como forma de manter seus pequenos espaços, seja qual for o governo.

LUCIANA GENRO será a candidata do PSOL. Expulsa do PT em 2003, sendo uma das fundadoras de seu atual partido, continua a linha inaugurada por Heloisa Helena, em 2006: a crítica moralista e que busca surfar nas matérias contrárias ao governo federal que saem na grande imprensa. Seu programa “inova”, esbarrando na socialdemocracia de esquerda (mais democracia, mais bem-estar, mais impostos, controle sobre o setor financeiro, ampliar quando necessária a presença direta do Estado etc).

À **ESQUERDA DO PT**, temos as candidaturas de **MAURO IASI** (PCB), **ZÉ MARIA** (PSTU) e **RUI COSTA PIMENTA** (PCO).

Mauro Iasi centra seu programa nas críticas ao governo federal e na sua incapacidade de se diferenciar daqueles que o antecederam.

Zé Maria carrega um discurso apocalíptico. Tratam os petistas como traidores e ideologicamente de direita.

Já o PCO trata os governos encabeçados pelos petistas como traidores, mas re-

conhece que o PT é um símbolo da classe trabalhadora, atacado pela direita por ser identificado com a esquerda. As vezes parece perceber que deve ocupar-se primeiro do combate ao capital do que ao PT.

Conclusão

As eleições 2014 são o centro da tática. É necessário que o debate eleitoral seja polarizado, política, ideológica e programaticamente. Mas o debate presidencial pode não estar à altura disto.

Quem aposta claramente numa polarização são candidatos que até agora têm 3% ou menos da intenção de votos, como Pastor Everaldo (conservador), Eduardo Jorge (liberal-progressista) e os que pretendem estar à esquerda da esquerda (Luciana Genro, Mauro Iasi, Zé Maria, Rui Costa Pimenta).

Cabe ao PT se esforçar para que a eleição presidencial de 2014, uma das mais emblemáticas dos últimos anos, não seja decidida com baixa discussão política, de forma rasa, o que poderia ser desastroso para o futuro da classe trabalhadora brasileira.★

***Eduardo Loureiro** é militante do PT em Goiás

Muito mais mudança

Rodrigo César*

Na edição de julho do *Página 13* analisamos como a tática eleitoral predominante no PT definiu as chapas estaduais, a partir da noção de que vale praticamente qualquer negócio para cumprir o objetivo principal de reeleger Dilma, sem perceber que muitos deles acabam atrapalhando, ao invés de ajudar.

A política de alianças, a timidez diante dos inimigos e a moderação programática têm demonstrado que, além de comprometer o necessário aprofundamento das mudanças no segundo mandato de Dilma, geram forte desgaste político e vem se demonstrando ineficazes até mesmo do ponto de vista eleitoral. A esse respeito, basta dizer que, nos estados, os partidos da chamada base aliada não é tão aliada assim na hora de pedir o voto em Dilma...

Cenários nacionais

Nas últimas semanas, a disputa presidencial sofreu uma reviravolta. A cobertura da morte trágica e repentina de Eduardo Campos (PSB) pela grande imprensa revelou a preocupação da burguesia: as candidaturas de oposição não estavam se viabilizando como alternativa capaz de impor uma derrota ao PT. Tratava-se, portanto, de aproveitar o luto para construir cenários mais promissores.

Escolhida pelo PSB como nova candidata, Marina Silva (Rede) não entrou para a disputa com o mero objetivo de forçar um segundo turno entre Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB) e reiterar, assim, a polarização entre os dois partidos que se enfrentam há vinte anos nas eleições presidenciais.

Certamente, há quem tenha estimulado sua candidatura com este fim, encerrando sua “colaboração” já no dia 5 de outubro. Mas não seria de todo surpreendente um cenário em que setores cada vez mais expressivos do grande capital apostassem prioritariamente em Marina como sua tábua de salvação, na esperança de recuperar o pleno controle sobre o Governo Federal.

As chances de Marina dependem da efetivação deste cenário, que por sua vez dependem de pelo menos duas variáveis principais: o desempenho eleitoral de Aécio e a

capacidade da candidata de atrair setores da “política tradicional” sem perder o verniz da “nova política”.

Aécio tem demonstrado dificuldade em adotar uma tática que, ao mesmo tempo, o credencie entre os setores populares e mantenha o apoio das forças do mercado e da pequena burguesia conservadora. A eficácia do discurso contra o PT e o Governo Dilma sem falar com todas as letras o que pensam e pretendem fazer no Brasil, tem demonstrado limites na decisiva disputa do voto dos assalariados de baixa renda.

Marina, por sua vez, tem encontrado dificuldades em manter unida em torno de si a base que apoiava Eduardo Campos e os palanques que ele montou nos estados, gerando problemas para se movimentar em direção a setores da burguesia que dela desconfiam. Não será tarefa fácil conquistar essa confiança sem se afastar dos amplos setores médios e populares insatisfeitos com a política que até o momento enxergaram em sua candidatura uma alternativa ao voto branco/nulo ou o fim da indecisão.

Entretanto, os problemas alheios nem anulam o perigo real de retrocesso que representam, nem nos eximem de enfrentar nossas próprias contradições. Entre elas, uma das mais agudas é o tratamento dado para a tática eleitoral nos estados.

Como evoluiu o quadro eleitoral nos estados ao longo do período oficial de campanha?

Candidaturas petistas

O PT lançou candidatura própria ao governo de 17 unidades da federação: todas as das regiões sul, sudeste e centro-oeste, três no norte (AC, RO e RR) e três no nordeste (BA, CE e PI). Para o senado, o PT tem 14 candidaturas: duas na região sul (RS e SC), duas no sudeste (ES e SP), três no centro-oeste (DF, GO e MS), quatro no nordeste (PB, PE, RN e SE) e três no norte (AM, AP e PA).

Na disputa pelo governo, apenas quatro estão à frente nas pesquisas: Fernando Pimentel (MG), Delcídio Amaral (MS), Wellington Dias (PI) e Tião Viana (AC). Em segundo lugar, aparecem seis petistas: Tarso Genro (RS), Lúdio Cabral (MT), Ag-



A tática eleitoral de grande parte das campanhas estaduais impede que “mais mudanças, mais futuro” sejam vislumbrados pelos eleitores que veem o PT ao lado ou mesmo subordinado a quem representa “menos mudanças, mais passado”.

nelo Queiroz (PT), Rui (BA), Camilo (CE) e Ângela Portela (RR). Neste conjunto, o PT tem maiores chances de vitória no primeiro turno no AC e no PI. Por sua vez, no RS, MT, DF e RR a probabilidade é que a disputa seja levada ao segundo turno, enquanto na BA e no CE, trata-se de lutar para que o segundo turno aconteça.

Nos casos de Padilha (SP) e Lindberg (RJ), onde a disputa tem grande importância política e econômica nacional, apesar do terceiro e quarto lugares, respectivamente, há chances de garantir a presença no segundo turno. No RJ, o desafio é ultrapassar Pezão (PMDB) e Crivella (PRB), para o que a tática de polarização de classes tem sido importante. Já em SP, o desafio é simultaneamente forçar a realização de um segundo turno e ultrapassar Skaf (PMDB), mas a opção por adotar um discurso (supostamente) atraente aos setores médios tem mantido à distância o eleitorado tradicionalmente petista das periferias da região metropolitana.

Já na disputa pela vaga do Senado, o PT está na frente (e com folga) apenas com João Paulo (PE); Olívio Dutra (RS) e Eduardo Suplicy (SP) estão em empate técnico com os líderes; João Coser (ES) e Paulo Rocha (PA) estão em empate técnico com o segundo colocado; Fátima Bezerra (RN) e Geraldo Magela (DF) estão a 5 e 7 pontos dos líderes, respectivamente, com potencial para virar o quadro.

DISPUTAS ESTADUAIS

(com base em pesquisas disponíveis até meados de agosto)

De imediato, podemos levantar as seguintes questões para debate. Por que nos estados onde o PT governa, com exceção do AC, não estamos liderando as pesquisas? Nos estados em que o PT já governou e hoje lidera as pesquisas (MS e PI), pesam mais os deméritos das atuais administrações, a memória positiva de nossos governos ou o desempenho pessoal dos candidatos? Qual tem sido o saldo político do PT no MA e no PA, onde prevaleceu a subordinação às oligarquias regionais? Qual tem sido o saldo político do partido no ES, onde toda a tática eleitoral se subordinou ao interesse pessoal de quem já afirmou publicamente que, eleito, não será um senador do PT?

Perspectivas

As pesquisas que basearam nossa análise foram realizadas pouco antes de iniciar a propaganda de rádio e TV, que pode ajudar o desempenho do partido nacionalmente. Entretanto, por mais valiosa que seja a contribuição do marketing, os desafios de eleger Dilma em condições de fazer um segundo mandato superior ao primeiro só será superado com uma nova estratégia que extraia todas as consequências práticas de um momento histórico que não dá margem para o tipo de alianças e conciliações de classe que marcaram a ação do partido e do governo até agora.

Porém, a tática eleitoral de grande parte das campanhas estaduais impede que “mais mudanças, mais futuro” sejam vislumbrados pelos eleitores que veem o PT ao lado ou mesmo subordinado a quem representa “menos mudanças, mais passado”.

Em um cenário de ofensiva da direita com a candidatura Marina, nosso único antídoto é mais nitidez programática e mais demarcação política e ideológica com os adversários. O mesmo vale para tarefa de eleger mais governadores, senadores e deputados do PT.

Já sabemos que para concretizar um segundo ciclo de desenvolvimento popular e democrático que aprofunde o combate às desigualdades será imprescindível realizar reformas estruturais e ampliar a escala e a qualidade dos serviços públicos e políticas universais. Porém, mais do que nunca, é preciso compreender que para continuar mudando, será necessário menos continuidade e mais mudança. ★

*Rodrigo Cesar é militante do PT

CANDIDATOS(A) A GOVERNADOR(A)						
UF	CANDIDATO 1	%	CANDIDATO 2	%	PT/APOIADO PELO PT	%
AC	Tiã Viana (PT)	46%	Márcio Bittar (PSDB)	19%		
AL	Renam Filho (PMDB)	42%	Biu (PP)	23%		
AM	Eduardo Braga (PMDB)	52%	José Melo (PROS)	24%		
AP	Waldez (PDT)	40%	Lucas Barreto (PSD)	15%	Camilo Capiberibe (PSB)	12%
BA	Paulo Souto (DEM)	47%	Rui (PT)	14%		
CE	Eunício (PMDB)	47%	Camilo (PT)	19%		
DF	Arruda (PR)	35%	Agnelo Queiroz (PT)	19%		
ES	Paulo Hartung (PMDB)	50%	Casagrande (PSB)	32%	Roberto Carlos (PT)	1%
GO	Marconi Perillo (PSDB)	41%	Iris Rezende (PMDB)	28%	Antônio Gomide (PT)	5%
MA	Flávio Dino (PCdoB)	51%	Lobão Filho (PMDB)	31%		
MG	Fernando Pimentel (PT)	29%	Pimenta da Veiga (PSDB)	16%		
MS	Delcídio Amaral (PT)	44%	Reinaldo Azambuja (PSDB)	21%		
MT	Pedro Taques (PDT)	30%	Lúdio Cabral (PT)	20%		
PA	Helder Barbalho (PMDB)	38%	Simão Jatene (PSDB)	37%		
PB	Cássio Cunha Lima (PSDB)	48%	Ricardo Coutinho (PSB)	25%		
PE	Armando Monteiro (PTB)	47%	Paulo Câmara (PSB)	13%		
PI	Wellington Dias (PT)	46%	Zé Filho (PMDB)	23%		
PR	Beto Richa (PSDB)	39%	Requião (PMDB)	33%	Gleise Hoffman (PT)	11%
RJ	Garotinho (PR)	25%	Marcelo Crivella (PRB)	18%	Lindberg Farias (PT)	12%
RN	Henrique Eduardo Alves (PMDB)	28%	Robson Faria (PSD)	26%		
RO	Confúcio Moura (PMDB)	28%	Expedito Júnior (PSDB)	27%	Padre Ton (PT)	9%
RR	Neudo Campos (PP)	32%	Ângela Portela (PT)	27%		
RS	Ana Amélia Lemos (PP)	39%	Tarso Genro (PT)	30%		
SC	Raimundo Colombo (PSD)	41%	Paulo Bauer (PSDB)	15%	Cláudio Vignatti (PT)	8%
SE	Jackson Barreto (PMDB)	40%	Eduardo Amorim (PSC)	35%		
SP	Geraldo Alckmin (PSDB)	55%	Paulo Skaf (PMDB)	16%	Alexandre Padilha (PT)	5%
TO	Marcelo Miranda (PMDB)	52%	Sandoval Cardoso (SD)	22%		

CANDIDATOS(A) A SENADOR(A)						
UF	CANDIDATO 1	%	CANDIDATO 2	%	CANDIDATO 3	%
AC	Gladson Cameli (PP)	39%	Perpétua Almeida (PCdoB)	36%	Dr. Roberto Duarte (PMN)	4%
AL	Fernando Collor (PTB)	43%	Heloísa Helena (PSOL)	26%	Eduardo Magalhães (PSDB)	2%
AM	Omar Azis (PSD)	56%	Praciano (PT)	13%	Marcelo Serafim (PSB)	10%
AP	Gilvam (PMDB)	31%	Davi Alcolumbre (DEM)	20%	Dora Nascimento (PT)	5%
BA	Geddel Vieira Lima (PMDB)	36%	Otto Alencar (PSD)	19%	Eliana Calmon (PSB)	6%
CE	Tasso Geresati (PSDB)	58%	Mauro Filho (PROS)	14%	Raquel Dias (PSTU)	5%
DF	Reguffe (PDT)	29%	Gerlado Magela (PT)	22%	Jim Argello (PTB)	13%
ES	João Coser (PT)	20%	Rose de Freitas (PMDB)	18%	Neucimar (PR)	11%
GO	Ronaldo Caiado (DEM)	38%	Marina Sant'Ana (PT)	12%	Vilmar Rocha (PSD)	8%
MA	Roberto Rocha (PSB)	24%	Gastão Vieira (PMDB)	19%	Haroldo Sabóia (PSOL)	7%
MG	Antônio Anastasia (PSDB)	46%	Josué Alencar (PMDB)	7%	Tarcísio (PSDC)	3%
MS	Simone Tebet (PMDB)	34%	Alcides Bernal (PP)	28%	Ricardo Ayache (PT)	8%
MT	Wellington Fagundes (PR)	31%	Rogério Salles (PSDB)	17%	Rui Prado (PSD)	4%
PA	Paulo Rocha (PT)	16%	Mário Couto (PSDB)	17%	Duciomar Costa (PTB)	14%
PB	José Maranhão (PMDB)	33%	Wilson Santiago (PTB)	12%	Lucélio Cartaxo (PT)	7%
PE	João Paulo (PT)	43%	Fernando Bezerra C. (PSB)	16%	Simone Fontana (PSTU)	3%
PI	Wilson Martins (PSB)	39%	Elmano Ferrer (PTB)	25%	Geraldo Carvalho (PSTU)	4%
PR	Álvaro Dias (PSDB)	57%	Ricardo Gomyde (PCdoB)	4%	Marcelo Almeida (PMDB)	3%
RJ	Romário (PSB)	29%	Cesar Maia (DEM)	23%	Eduardo Serra (PCB)	8%
RN	Vilma Maria de Faria (PSB)	34%	Fátima Bezerra (PT)	29%	Prof. Laílson (PSOL)	3%
RO	Acir Gurgacz (PDT)	26%	Ivone Cassol (PP)	25%	Moreira Mendes (PSD)	17%
RR	Achieta (PSDB)	21%	Luciano Castro (PR)	21%	Telmário Mota (PDT)	15%
RS	Lasier Martins (PDT)	29%	Olívio Dutra (PT)	26%	Beto Albuquerque (PSB)	X
SC	Paulo Bornhausen (PSB)	25%	Dário (PMDB)	14%	Milton Mendes (PT)	8%
SE	María do Carmo (DEM)	44%	Rogério (PT)	17%	Prof. Marques (PCB)	7%
SP	José Serra (PSDB)	33%	Eduardo Suplicy (PT)	30%	Gilberto Kassab (PSD)	7%
TO	Kátia Abreu (PMDB)	33%	Eduardo Gomes (SD)	16%	Sargento Aragão (PROS)	15%

Candidaturas petistas e socialistas

O calendário eleitoral já se incorporou de tal maneira a nossa vida, que muitas vezes esquecemos os motivos de fundo pelos quais lançamos candidaturas e por qual motivo queremos ter mandatos.

É importante lembrar quais são as tarefas gerais, os objetivos específicos e os compromissos das nossas campanhas. Nossas tarefas gerais são:

- Contribuir na reeleição da presidenta Dilma Rousseff.

- Contribuir na eleição das candidaturas majoritárias (governadores, vice-governadores e senadores).

- Contribuir na eleição de uma grande bancada petista na Câmara Federal

- Defender as posições do Partido dos Trabalhadores.

Além destas tarefas gerais, as nossas candidaturas têm objetivos específicos e compromissos que derivam do fato de estarem

alinhadas com posições da esquerda petista. Os objetivos ou tarefas específicas são:

- Constituir-se num instrumento para difusão das ideias e propostas vinculadas ao projeto democrático-popular e socialista que defendemos para o Brasil.

- Apresentar nossa visão sobre os temas ideológicos, programáticos, estratégicos e táticos em debate, especialmente os vinculados às reformas estruturais, como as reformas política, tributária, agrária e urbana, democratização da comunicação, universalização das políticas públicas de saúde e educação e controle do capital financeiro e das transnacionais.

- Estabelecer um canal de diálogo com a classe trabalhadora, especialmente com a juventude trabalhadora e com as mulheres trabalhadoras.

Se tivermos sucesso, fortaleceremos nossas ideias na sociedade, o PT e especialmente a esquerda petista. Também afirma-

remos nossas candidatas e candidatos e as candidaturas que apoiamos como quadros públicos da esquerda brasileira, inclusive com vistas a novas disputas eleitorais ou de ocupação de espaços na direção partidária.

E, se tivermos muito sucesso, temos muita confiança nisto, elegeremos as nossas candidatas e os nossos candidatos para garantir a continuidade ao trabalho que realizamos nas campanhas.

Para nós, eleições servem para fortalecer a luta dos trabalhadores e das trabalhadoras e acumular forças na superação do modelo capitalista e construção do socialismo.

Nossas campanhas dependem, principalmente, da militância de trabalhadores, jovens, mulheres e do conjunto da sociedade que nos apoia e acredita em nossas propostas e ideias.

Conheça as candidaturas que a Articulação de Esquerda apoia para Câmara Federal e Assembleias Legislativas nestas eleições.



Ana Affonso



Ana Lídia



Ana Lúcia



Ana Rita



Iriny Lopes



Maria Félix



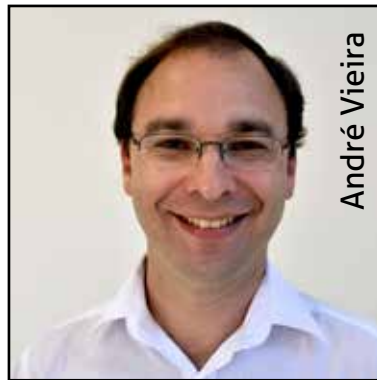
Regina Barata



Reginete Bispo



Anastácio Peralta



André Vieira



Bernardo Fonseca



Cavalcanti



Cícero Magalhães



Deodato Ramalho



Dionilso Marcon



Edegar Pretto



Flávio Batista



Gilberto da Paixão



Iran Barbosa



Luiz Spotorno



Nelson Spolaor



Nivaldo Batista



Pedro Kemp



Raul Cardoso



Rogério Correia



Valmir Alves



Wadih Damous



Wanderson Pimenta

CANDIDATURAS DA ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA

Nome do Candidato	Cargo	Número	Estado
Almir Bruno	Federal	1310	MA
Ana Afonso	Estadual	13813	RS
Ana Lúcia de Oliveira Aguiar	Federal	1303	SP
Ana Lúcia Vieira Menezes	Estadual	13900	SE
Ana Rita Esgário	Estadual	13456	ES
Anastácio Peralta	Federal	1333	MS
André Vieira	Federal	1303	PR
Bernardo Fonseca	Estadual	13013	RN
Branquinho do Araras	Estadual	13000	TO
Cícero Magalhães Oliveira	Estadual	13567	PI
Chunda	Estadual	13007	TO
Cláudio Puty	Federal	1310	PA
Deodato Ramalho	Federal	1321	CE
Dionilso Mateus Marcon	Federal	1355	RS
Flavio Batista	Estadual	13680	GO
Gilberto da Paixão Fonseca	Federal	1300	PI
Guilherme Sampaio	Estadual	13234	CE
Iriny Lopes	Federal	1333	ES
João Edegar Pretto	Estadual	13655	RS
José da Silva Cavalcanti	Estadual	13144	PE
José Iran Barbosa Filho	Federal	1390	SE
Luiz Francisco Spotorno	Estadual	13132	RS
Maria Félix	Federal	1314	MS
Freitas do PT	Federal	1313	TO
Nelson Spolaor	Estadual	13000	RS
Nivaldo Batista Marques	Estadual	13777	MS
Padre Pedro Baldissera	Estadual	13987	SC
Paulo Mourão	Estadual	13413	TO
Pedro Kemp	Estadual	13613	MS
Raimundo Fonseca	Estadual	13013	MA
Raul Cardoso	Distrital	13613	DF
Regina Barata	Estadual	13611	PA
Reginete Bispo	Estadual	13477	RS
Rogério Correia	Estadual	13123	MG
Romeno Barros da Silva	Federal	1366	MA
Ubirajara Machado Teixeira	Estadual	13285	RS
Valmir Alves	Federal	1313	RN
Wadih Damous	Federal	1322	RJ
Wanderson Pimenta	Estadual	13132	BA

A zombaria do general

A zombaria do general Enzo precisa acabar. Dilma, substitua o comandante do Exército!

Pedro Estevam da Rocha Pomar*

Diz o provérbio que o uso do cachimbo deixa a boca torta. Durante a Ditadura Militar, os generais habituaram-se a dar ordens aos civis. Oficialmente encerrado o regime militar, porém mantidas no conforto da impunidade todas as patentes envolvidas com os crimes cometidos, do pé ao topo da hierarquia (de cabo a general de Exército, de taifeiro a tenente-brigadeiro, de marujo a almirante-de-esquadra), eles mantiveram o hábito de mandar e desmandar nos paisanos, de situarem-se acima da sociedade, de ignorarem acintosamente os direitos e normas constitucionais.

Trinta anos depois, tudo como dantes no quartel de Abrantes.

O general Enzo Peri, comandante do Exército, acaba de afrontar os poderes civis da República, aos quais deve obediência (só que não). O general encaminhou a todas as unidades do Exército uma ordem ilegal, segundo a qual nenhuma delas deve fornecer informações requisitadas por órgãos como o Ministério Público Federal (MPF) ou outros interessados, cabendo exclusivamente ao gabinete do comandante decidir sobre as repostas.

Portanto, o general Enzo está zombando do ordenamento jurídico, que dá ao MPF a prerrogativa de investigar, e está zombando dos brasileiros, incluída a comandante em chefe das Forças Armadas, a presidenta da República, que sancionou a lei que criou a Comissão Nacional da Verdade (CNV). Mas há um agravante nessa história. É que Enzo é reincidente. Ele seguiu na trilha aberta por seu antecessor, o general Francisco Albuquerque, de quem falaremos adiante.

Por que digo que Enzo é reincidente? Porque, ainda no governo Lula, ele foi um dos pivôs de uma grave crise política, em 2009, ao acompanhar o tresloucado ministro Nelson Jobim, da Defesa, num verdadeiro motim contra o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Jobim e os comandantes militares ameaçaram demitir-se caso o presidente não alterasse o

PNDH-3, retirando dele modestos avanços democráticos ali contidos, relacionados à revogação da Lei da Anistia e investigação dos crimes da Ditadura Militar. Em vez de demitir imediatamente os amotinados, Lula cedeu à chantagem e preferiu mutilar o PNDH-3.

Já no governo Dilma, mantido no cargo apesar da rebelião antidemocrática que encabeçou, Enzo manteve-se na linha da resistência ativa à CNV e às políticas de direitos humanos da Presidência. Deu suporte às seguidas negativas e embaraços criados aos pedidos de documentos feitos pela CNV às Forças Armadas. Mais recentemente, passou da resistência dissimulada ao escárnio, ao endossar, como comandante do Exército, os debochados resultados da “sindicância” realizada a pedido da CNV a respeito das instalações militares que sabidamente abrigaram aparatos de tortura e execução de presos políticos durante a Ditadura Militar.

Portanto, Enzo reincidiu diversas vezes. Devemos nos perguntar: como é possível tal atrevimento? Por onde anda o ministro da Defesa, Celso Amorim? Tornou-se um fantoche nas mãos dos comandantes militares?

Uma explicação possível para esse estado de coisas é que, por ocuparem seus cargos desde 2007 (portanto, há quase dois mandatos presidenciais, como bem observou o jornalista Luiz Cláudio Cunha), e tendo sido recompensados por seu motim antiPNDH-3, Enzo e seus colegas passaram a julgar-se intocáveis. Inspiram-se, igualmente, em outro exemplo profundamente negativo para a democracia brasileira, a seguir relatado.

O general Albuquerque, já citado, é aquele que, dando ordens de prisão a funcionários do aeroporto de Viracopos, mandou parar um jato da TAM lotado em plena pista de decolagem, em março de 2006, para que ele próprio e sua esposa, atrasados, pudessem embarcar, depois que dois passageiros foram convencidos a ceder seus assentos ao casal.



Pior ainda: é aquele que autorizou o Centro de Comunicação Social do Exército (Cecomsex) a emitir uma nota ultrajante a propósito da memória de Vladimir Herzog, quando da descoberta, em 2004, de uma fotografia que se pensava ser do jornalista assassinado no II Exército em 1975. O então ministro da Defesa, José Viegas, um diplomata dotado de tutano, sugeriu a Lula a demissão de Albuquerque. Lula preferiu demitir Viegas. Os generais exultaram. Foi essa a escola que produziu os Enzos.

Tem toda razão Luiz Cláudio Cunha, com a autoridade de quem revelou a presença da abjeta Operação Condor no Brasil e continua produzindo indispensáveis reportagens contra as atrocidades do regime militar, quando exorta a presidenta Dilma Rousseff a demitir o general Enzo Peri.

Não é possível que em pleno século 21 a Ditadura Militar prossiga tutelando a sociedade brasileira. Não é admissível que generais continuem asfixiando a democracia brasileira. Não é razoável que chefes militares continuem zombando da luta por memória, verdade e justiça sem que sejam punidos. O que está em jogo é a democracia e o futuro do Brasil, simples assim. Os militares só entendem a linguagem da hierarquia. Dilma, reafirme a soberania popular: demita Enzo. ★

*Pedro Estevam da Rocha Pomar é jornalista, pesquisador acadêmico e membro do Comitê Paulista por Memória, Verdade e Justiça (CPMVJ)

Desenvolvimento agrário e política territorial

*Luiz Gonzaga**

Em 1999 FHC cria o Ministério do Desenvolvimento Agrário, uma reformulação do Ministério Extraordinário de Política Fundiária criado em 1996, motivado pelo Massacre de Eldorado dos Carajás.

O novo Ministério tinha por competências a reforma agrária e reordenamento agrário, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades quilombolas, bem como passou a exercer, em caráter extraordinário, as competências relativas à regularização fundiária na Amazônia Legal.

Em 2001, foram transferidas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o MDA as atribuições relacionadas com a promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares e das regiões rurais.

A criação do MDA se mostrou como única saída para implantação das políticas de desenvolvimento agrário direcionadas para a produção familiar, responsável por mais de 70% da produção de alimentos.

Com a posse de Lula em 2003, o MDA inova no formato do diálogo e nos mecanismos de desenvolvimento do setor a partir da política de desenvolvimento territorial rural entre a sociedade civil organizada e os órgãos governamentais ligados diretamente ao setor.

O modelo de Desenvolvimento Territorial desenvolvido pelo Governo Federal concilia combate à pobreza, segurança alimentar e nutricional, proteção ambiental e geração de renda. O território torna-se um novo espaço de construção de projeto e articulação de políticas públicas em parceria com estados, municípios e sociedade civil.

Em 2007 a política territorial estabelece metas mais ousadas envolvendo 19 ministérios diretamente, de modo que o Governo passasse a pensar, juntamente com a sociedade civil, o desenvolvimento territorial rural de forma articulada e trans-

versal através do Programa Territórios da Cidadania através de ações que fossem além da pauta rural da produção.

Historicamente, as políticas territoriais foram pensadas e geridas por uma máquina governamental que ignorou o conhecimento e as aspirações das comunidades locais, concebendo e implantando ações numa perspectiva unilateral.

Nos dois anos seguintes, passou para 27 o número de Ministérios envolvidos, numa transformação silenciosa na forma de implementação das políticas de desenvolvimento rural onde a sociedade civil organizada ocupou de forma propositiva as chamadas Plenárias Territoriais e passou a exigir dos governos estaduais e municipais a mesma forma de discussão e gestão participativa dos investimentos no setor.

As limitações estruturais do Governo e a aproximação ideológica do PT junto aos movimentos sócias, ONGs e sindicatos permitiu que a operacionalização da Política Territorial fosse articulada através de convênios com estes.

Esta metodologia permitiu que fossem realizados vários investimentos de base produtiva dos pequenos agricultores, linhas de crédito e desenvolvimento de novas tecnologias aliadas a programas que garantissem uma velha reivindicação do setor que era mecanismos de comercialização, tais com o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar. O primeiro está sendo replicado pela FAO em 55 países da África e Ásia.

Em 2011, com o processo de criminalização sofrido pelas ONGs aliado à cortes no orçamento da união, a política territorial sofreu revezes, pois não continuou no nível de atuação que estava até então e foi duramente criticada pelos setores progressistas do campo, principalmente por a base social ainda não estar preparada culturalmente e devidamente emancipada para sustentar tal metodologia.

Na segunda metade do Governo Dilma a Política Territorial volta a se fortalecer com incremento de investimento em infraestruturas complementares aos empreendimentos já em andamento ou em funcionamento. Porém, os órgãos de controle pautados pela grande mídia criam normativos que limitam a execução dos empreendimentos e ações por intermédio de ONGs, forçam os territórios a executá-los através dos governos estaduais e municípios, exigindo cada vez mais do Governo Dilma instituir uma cultura nacional de acompanhamento, controle e intervenção por parte da sociedade civil junto aos governos municipais e estaduais, bem como estimular maior abertura por partes destes para com os processos democráticos de elaboração das políticas públicas. ★



**Luiz
Gonzaga**

No dia 16 de junho de 2014, o companheiro Luiz Gonzaga Firmino Júnior assumiu a titularidade da Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário na Paraíba, em substituição à engenheira agrônoma e também companheira da AE, Giucélia Figueiredo, que por sua vez, passa a se dedicar exclusivamente as atividades do CREA, onde é presidente.

Gonzaga Junior é membro do Diretório Estadual do PT-PB, mestre em sociologia, professor universitário, atuou por três anos como Superintendente do Ministério da Pesca na Paraíba e atualmente trabalhava na Fundação Cultura de João Pessoa.

FEAB realiza congresso e elege nova direção

Felipe Costa*

Com o tema ‘A formação profissional do/a Engenheiro/a Agrônomo/a no âmbito da agricultura familiar’, ocorreu entre os dias 20 e 27 de agosto, em Curitiba, no Paraná, o 57º Congresso Nacional dos Estudantes de Agronomia (Conea), organizado pela Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (Feab).

No ano em que completamos 60 anos das primeiras experiências de organização dos estudantes de agronomia no Brasil, a FEAB segue demonstrando ser um instrumento de grande importância e relevância para os futuros profissionais da agronomia. Temos hoje, mais do que nunca, um modelo de agricultura hegemônico baseado no uso indiscriminado de agrotóxicos, na expulsão dos povos do campo e na geração de imensas desigualdades sociais.

De modo geral as universidades e as escolas de agronomia contribuíram de maneira substancial na formação de profissionais para a manutenção deste sistema. Cabe a nós disputar os rumos desta universidade e pautar a formação de um profissional capaz de entender a dinâmica dos espaços agrários e auxiliar na construção de um novo modelo de agricultura. É para isso que atuamos e é para isso que construímos a Feab.

Neste ano, o congresso contou com a participação de mais de 300 estudantes de todas as regiões do país e trouxe à tona a importância de temas como a formação profissional da agronomia, mundo do trabalho e a agroecologia enquanto ciência transversal do conhecimento agrônomico. Foram debatidos, também, os movimentos sociais do campo e da cidade e temas que se referem à educação superior em nosso país.

Este último tema vem ganhando maior destaque no último período, já que desde o ano passado, a Feab volta a reconhecer a União Nacional dos Estudantes (UNE) enquanto a entidade representativa do movimento estudantil brasileiro e a participar de seus espaços, construindo uma intervenção organizada neles. Este fato



traz uma nova perspectiva no sentido de recolocar a Feab no centro dos grandes debates nacionais da educação e trazer novas demandas para o seu interior.

Neste sentido, acreditamos que o debate de educação deve estar cada vez mais na pauta do dia da Feab, uma vez que os estudantes de agronomia também vivenciam as contradições de uma universidade que se expandiu, mas que segue servindo hegemonicamente aos interesses do capital. Uma universidade que ampliou suas vagas, mas não garantiu permanência na mesma medida, que aplica a política de cotas, mas não dialoga e não constrói a base de seu funcionamento a partir das demandas da comunidade local, etc.

É esta universidade repleta de limitações e problemas que deve ser transformada. Sobretudo é nesta universidade que estão os estudantes de agronomia que vivenciam na pele todas as contradições.

Este foi um pouco do tom das proposições assumidas pela nova coordenação nacional da entidade: estudantes da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e campus de Santa Maria e Frederico Westphalen, grupo que pretende intensificar o trabalho de base junto as universidades e aos estudantes de agronomia do Brasil e

buscar recolocar a FEAB no centro das grandes lutas e debates nacionais.

São muitos os temas em grande relevância no cenário político nacional nos dias atuais. Uma entidade que se pretende ser a vanguarda das lutas da agronomia deve estar atenta a essas pautas. Visualizamos um próximo período repleto de desafios e grandes lutas a serem construídas.

As perspectivas são positivas. Uma grande parcela dos estudantes está insatisfeita com a formação “aulista” e descolada da realidade adquirida nos bancos escolares da agronomia. Ao mesmo tempo em que se enxerga cada vez mais a necessidade de superar o modelo falido do agronegócio e construir um modelo de agricultura que atenda de fato aos anseios da população, com produção de alimentos saudáveis e a baixos custos, sem agressão ao meio ambiente e valorizando a figura do agricultor familiar e camponês. Uma agricultura que sirva de fato ao desenvolvimento econômico, a distribuição de renda e a construção de uma nova sociedade. Precisamos de profissionais a altura destes desafios! A Feab contribuirá para isso! ★

*Felipe Costa integra a coordenação nacional da Feab

Disputar nas urnas e também nas ruas!

Jonatas Moreth e Wisline Araújo*

Entre os dias 1 à 3 de agosto, em Brasília, militantes da Juventude da Articulação de Esquerda se reuniram para a realização da IX Conferência Nacional. Após realização de etapas estaduais, a conferência se debruçou no debate sobre a conjuntura e as eleições, o papel da esquerda petista neste processo e os desafios da JPT.

No debates sobre a conjuntura política e as eleições, após um breve histórico constatou-se que desde 1989 o resultado das eleições presidenciais tem sido o termômetro da luta de classes no Brasil.

Em 2014 temos o desafio de reeleger, não somente a Dilma, mas o projeto de poder, democrático e popular, da classe trabalhadora. O que significa dizer que precisamos pautar, desde as eleições, um governo superior, que ouse impulsionar as reformas estruturais e intensificar a disputa de hegemonia, num viés democrático, popular e socialista, na sociedade.

Neste novo momento, as condições de vida do conjunto da classe trabalhadora brasileira sofreram significativas melhorias. Mas estas mudanças não vieram acompanhadas de uma transformação cultural ou de valores na sociedade. Estas melhorias não se deram numa arena de disputa ideológica da classe trabalhadora.

A consequência é que parcela significativa da população, em especial a fração da classe trabalhadora que ascendeu economicamente ao consumo, não identificam que essa ascensão se deu por ações do governo, e sim a creditam unicamente em seus esforços individuais. Pior do que isto: a ascensão através do consumo reforça em algumas camadas os aspectos reacionários do consumismo; e facilita, nos chamados setores médios tradicionais, uma reação extremamente violenta.

Diante deste cenário, a solução é pela política. Nossa campanha deve saber conciliar o balanço do nosso legado, mas com olhos para o futuro. Nosso programa deve apresentar números de nossas realizações,

mas a centralidade deve ser em apresentar o que vamos fazer.

Está aqui um dos grandes desafios para a esquerda brasileira, em especial, para o Partido dos Trabalhadores: Derrotar a direita e os neoliberais, aliando a luta das ruas com a das urnas.

Diante de um processo eleitoral onde um dos principais setores em disputa é a juventude (setor em que o PT nos últimos anos tem perdido o apoio político e eleitoral) se coloca a necessidade da JPT fortalecer o diálogo com as organizações juvenis e formular um programa de campanha de juventude que dialogue com os anseios por mudanças manifestadas pelas camadas jovens.

A JPT é uma das juventudes partidárias que pode ter uma atuação nacional mais consolidada e diversificada. O número de petistas ou que se referenciam no PT nos diversos movimentos é enorme. É necessário a construção de canais de diálogo e construção comum nas lutas cotidianas para aproximá-los dos espaços do partido.

A Juventude do PT deve estar inserida nas mais diversas frentes de juventude, organizadas nas escolas, nas universidades, nas fábricas e nos bairros e nos mais distintos setoriais de atuação e participação da juventude como coletivos de jovens feministas, de diversidade sexual, redes sociais, meio ambiente, cultural, estudantil, entre outros. Disputando esta juventude para as fileiras do partido e para defesa de um programa socialista.

Para isso é fundamental superar os limites organizativos, cujo passo inicial é o fortalecimento das instâncias municipais da JPT e a concretização dos núcleos da JPT. Estes núcleos têm o objetivo de articular a ação direta, integração, formação política e trabalho de base visando integrar os movimentos sociais e as novas lutas, marchas e redes em que a juventude está atuando.

A JPT que queremos é uma juventude socialista, revolucionária inserida nos movimentos juvenis, com voz e vez na disputa dos rumos do PT. Derrotar o rebaixamento ideológico; enfrentar os ideais que visam transformar a disputa de direção da JPT nos moldes do PED, reduzindo espaços do debate político acentuando a concepção de filiado-eleitor em detrimento de uma participação militante; fortalecer os ideais de esquerda e ser a JPT que queremos, são quesitos centrais para aqueles e aquelas comprometidos com a construção e a disputa da JPT rumo ao III Congresso a ser realizado em 2015.

Com intuito de estar a altura de colaborar com estes desafios, a Juventude da Articulação de Esquerda se debruçará em aprofundar e atualizar a sua formulação sobre a juventude, com ênfase a juventude trabalhadora, a ser apresentada já para o III Congresso da JPT. ★

*Jonatas Moreth e Wisline Araújo são membros da CNJAE



CNJAE eleita na IX Conferência da JAE

- Adriele Manjabosco (UNE)
- Bruna Cabral (FEAB)
- Felipe Costa (FEAB)
- Giovanni Medeiros (RN)
- Giovane Zuanazzi (UBES)
- Jonatas Moreth (JPT)
- Jordania Pereira (PB)
- Lauren Machado Pinto (PR)
- Patrick Campos (UNE)
- Wisline Araújo (GO)

Plenária da CUT reafirma compromissos

Jandyra Uehara Alves*

De 28 de julho a 1º de agosto realizou-se em Guarulhos, São Paulo, a 14ª Plenária Nacional da CUT, de um total de 2.724 entidades aptas a participar, 907 sindicatos estiveram presentes nas plenárias estaduais que antecederam a nacional e elegeram 638 delegados-as. A maioria dos quais das regiões sudeste (33%) e nordeste (32%), seguidos por delegação das regiões sul (16%), centro-oeste (11%) e norte (8%).

Destes/as 13% são rurais, 37% do setor público, 36% do setor privado e 14% de setores mistos (Saúde, Urbanitários, Transportes). No setor privado 56% dos/as delegados/as são do setor de serviços, ficando o ramo industrial com apenas 44% da delegação do setor privado, ou seja, 101 delegados-as, pouco mais de 15% da Plenária.

A educação teve, de longe, a maior delegação da plenária, com 144 delegados/as (23% do total), com representantes da maioria dos estados, à exceção do Amapá, Maranhão e Roraima.

Os jovens até 29 anos foram apenas 2% (12 delegados/as); de 30 a 35 anos 10%; de 36 a 49 anos 38%, de 50 a 64 anos 46% e acima de 65 anos 4%. Em relação ao sexo, 42% de mulheres e 58% de homens.

A composição da Plenária aponta alguns problemas a serem enfrentados, com destaque para a pequena participação de jovens até 29 anos, a paridade entre homens e mulheres e a questão da redução do operariado industrial urbano, a nosso ver fundamental para o fortalecimento político da Central na luta de classes.

A abertura da Plenária, com a presença de Lula, destacou o Plebiscito da Reforma Política e a eleição presidencial como as principais tarefas da militância cutista para este ano.

No dia 31 de julho, as dez entidades da Secretaria Operativa do Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político - CUT, MST, UNE, PT, CMP, CONEN, FNDC, Consul-

ta Popular, Marcha Mundial de Mulheres, Juventude do PT, Levante e Juventude Revolução - assinaram manifesto dirigindo-se também à presidenta Dilma “*para que apoie e se comprometa com os resultados do Plebiscito Popular Constituinte, bem como aos demais candidatos nas eleições de outubro em todos os níveis. Vamos levar os resultados do Plebiscito a todas as autoridades e poderes da República, pois queremos que os interesses da maioria explorada e oprimida da nação, dos negros, indígenas, jovens e mulheres, sejam respeitados e representados nas instituições políticas de nosso país.*”

Na parte da tarde a CUT participou de atividade da campanha de Dilma em Guarulhos, onde a presidenta recebeu o apoio da Central à sua reeleição e a Plataforma CUT da Classe Trabalhadora, um documento com principais propostas e reivindicações da CUT para o programa do próximo governo.

A Plataforma da CUT está organizada em três eixos: Estado democrático e Sustentável, Igualdade e Inclusão Social e Valorização do Trabalho, abrangendo as políticas sociais universais, os principais pontos do plano de lutas, tais como o fim do fator previdenciário, a redução da jornada de trabalho para 40 horas sem redução de salários, a regulamentação da convenção 151 da OIT e a ratificação das convenções 87 e 158.

A defesa das reformas estruturais está no centro da Plataforma cutista e além da Reforma do Sistema Político, destacamos:

a) a Reforma Tributária com ampliação da tributação sobre a propriedade, lucros e ganhos de capital de maneira a favorecer a produção frente aos ganhos financeiros, a criação do imposto sobre as grandes fortunas e heranças, ampliação da tributação para a remessa de lucros das transnacionais e capital especulativo, expansão das isenções de impostos da cesta básica de consumo popular, contrapartidas

sociais e trabalhistas aos incentivos fiscais e tributários.

b) avançar na Reforma Agrária, com a demarcação de terras indígenas e quilombolas, garantia da revisão dos índices de produtividade e estabelecimento do limite da propriedade da terra para 35 módulos fiscais, assegurar a produção agrícola diversificada, com utilização de técnicas agroecológicas, entre outras.

c) democratizar os meios de comunicação, com a aprovação do Projeto de Lei por uma mídia democrática, estabelecendo critérios democráticos e transparentes para concessões de radiodifusão, incentivo às TVs e rádios comunitárias e a produção independente e também a formulação de uma lei de imprensa que normatize o setor, com espaço ao contraditório e direito de resposta.

d) política industrial assegurando que a política de financiamentos contenha critérios estratégicos, como maior conteúdo tecnológico e valor agregado, estímulo aos setores de bens de capital e os portadores de conhecimento (tecnologia da informação, eletroeletrônico, químico-fármacos, entre outros) e desenvolvimento tecnológico de conteúdo nacional, programas de incentivos aos investimentos em tecnologias ambientalmente sustentáveis, fortalecimento de micro, pequenas e médias empresas, entre outras propostas para o setor.

Para além da elaboração de propostas e da participação nos espaços de negociação, caberá à CUT cumprir papel protagonista na disputa de rumos do país trabalhando para a politização, a mobilização e o engajamento de milhares de trabalhadoras e trabalhadores em movimentos fortes e combativos, capazes de contribuir para o deslocamento da correlação de forças a favor da classe trabalhadora, criando as condições políticas para a implantação da sua Plataforma. ★

*Jandyra Uehara Alves é da Executiva Nacional da CUT

O sindicalismo estadunidense numa encruzilhada

Jana Silverman*

Salários de pobreza. Precarização do trabalho. Violações sistemáticas das liberdades sindicais. Talvez não sejam palavras que a maioria dos brasileiros utilizaria para caracterizar a situação dos trabalhadores e trabalhadoras estadunidenses, mas nas últimas décadas – e particularmente desde que o estouro da Bolsa de Valores em Nova Iorque em 2008 precipitava a maior crise financeira desde os anos 30 – esta descrição é bastante acertada. O sindicalismo nos EUA está num crise existencial, e só o desenvolvimento de novas estratégias de organização, mobilização, e representação da classe trabalhadora vai poder resgata-la.

O sindicalismo estadunidense teve seu apogeu nas décadas pós-guerra dos 1950-1960, quando uma economia efflorescente baseada nas políticas keynesianas de estímulo à demanda interna sob os cuidados de governos moderadamente progressistas do Partido Democrata, criou uma oportunidade histórica para a organização massiva dos trabalhadores nos sindicatos. No ano 1955, quando duas centrais se fusionaram para criar a maior central sindical estadunidense American Federation of Labor-Congress of Industrial Organizations (AFL-CIO), a taxa de sindicalização no país chegou a 31,8% dos trabalhadores empregados, uma figura que equivalia a outros países desenvolvidos como a Inglaterra e Austrália. Contudo, em 2013, o Departamento do Trabalho dos EUA registrou a taxa de sindicalização para aquele ano em apenas 11,3%. O que aconteceu para causar tal declive?

Primeiro que tudo foi o impacto da arremetida neoliberal sob o governo de Ronald Reagan durante os anos 1980 e aprofundada sob os governos (tanto Democratas quanto Republicanos) posteriores. Esta política, igual como foi aplicado no Brasil, abriu a indústria nacional à concorrência feroz com outras empresas que provinham dos “tigres asiáticos” e da Alemanha, expandiu a financierização da economia via a desregulamentação dos mercados de capitais, e reduziu o papel do Estado ao



O sindicalismo estadunidense nunca conseguiu aprovar uma reforma às leis trabalhistas que inibem as liberdades sindicais

máximo em setores estratégicos como as telecomunicações e o transporte aéreo. A economia estadunidense ficou marcada pela desindustrialização e crescimento estagnado, tendências que só aumentarem com a assinatura de numerosos tratados de livre comércio a partir dos anos 1990. Com a entrada em vigor do tratado mais importante, o Acordo de Livre Comércio de América do Norte (NAFTA) em 1994, a ONG estadunidense Economic Policy Institute estima que mais do que um milhão de empregos – maiormente sindicalizados – tem sido perdidos devido ao processo de abertura comercial com o México e Canadá. Pior ainda, estas tendências também criaram uma brecha entre ricos e pobres que é sem paralelo no mundo desenvolvido, e que siga em expansão. Segundo o celebre economista francês Thomas Piket-

ty, a desigualdade de renda nos EUA está no seu nível mais alto desde o ano 1917.

Em segundo lugar, o sindicalismo estadunidense nunca conseguiu aprovar uma reforma às leis trabalhistas que inibem as liberdades sindicais. Nos EUA, os trabalhadores não têm uma CLT que regulamenta as condições e relações do trabalho, senão apenas um número pequeno de leis individuais, cujos textos passam por múltiplas interpretações pelo judiciário, segundo a corrente política em voga. A grande parte destas leis vem dos anos 30 e 40, e são bastante restritivos com respeito a direito a sindicalização e a negociação coletiva. Por exemplo, para poder garantir a representação sindical numa empresa ou local do trabalho, a maioria dos trabalhadores (50% mais um) precisam se afiliar ao sindicato, caso que não, nenhum dos

Foi só após as heroicas lutas do movimento feminista e do movimento pelos direitos civis nos anos 60 e 70 que mudarem a opinião pública sobre os temas de raça e gênero, quando a maioria dos sindicatos estadunidenses começaram a afiliar ativamente os negros e mulheres trabalhadoras, principalmente empregadas nos setores não-tradicionais de serviços, comércio, e administração pública.

trabalhadores (incluindo os que expressarem seu desejo de se afiliar) beneficiaria da representação sindical. Alias, em algumas localidades, os sindicatos – onde existir – estão obrigados a prestar serviços a trabalhadores que não querem pagar as contribuições sindicais (que não são obrigatórias nem recolhidas pelo Estado), a negociação coletiva por ramo é quase inexistente, e a maior parte dos servidores públicos não tem nenhum direito a negociação ou greve. Quando o movimento sindical estadunidense estava mais fortalecido faz um meio século, os dirigentes escolherem melhorar as condições e relações do trabalho via a negociação coletiva bilateral e não a traves duma reforma abrangente destas leis anti-sindicais. Agora, com os sindicatos bem mais enfraquecidos, e a predominância politica da asa conservadora dentro do seu aliado partidário, os Democratas, existem poucas possibilidades duma reforma sindical no futuro próximo.

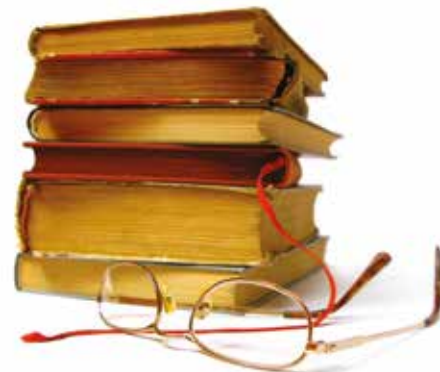
Terceiro, o sindicalismo estadunidense tradicionalmente representava apenas os trabalhadores brancos e masculinos no setor industrial, ignorando segmentos da população que hoje em dia conformem a maior parte da classe trabalhadora – as mulheres, os negros, e os imigrantes. Foi só após as heroicas lutas do movimento feminista e do movimento pelos direitos civis nos anos 60 e 70 que mudarem a opinião pública sobre os temas de raça e gênero, quando a maioria dos sindicatos estadunidenses começaram a afiliar ativamente os negros e mulheres trabalhadoras, principalmente empregadas nos setores não-tradicionais de serviços, comércio, e administração pública. E foi só nas ultimas duas décadas, que a AFL-CIO mudou as suas antigas politicas xenofóbicas em contra dos trabalhadores migrantes a uma posição totalmente a favor da realização plena dos direitos trabalhistas, sindicais e civis pelos imigrantes no país, e especialmente os que são “indocumentados”, que hoje somam mais de 11 milhões de pessoas. Segundo a resolução do ultimo

Congresso da AFL-CIO, realizado em Setembro de 2013, “Uma democracia forte e vibrante não pode funcionar se todos os homens e mulheres morando e trabalhando dentro das suas fronteiras, independentemente da sua raça ou local de nascimento, não possam participar na politica com igualdade de direitos e de proteções.”

Para superar esses desafios múltiplos, a estratégia da AFL-CIO e seus sindicatos afiliados é complexa. Para mudar a politica econômica, para que gere mais empregos produtivos e baixe os níveis perversos de desigualdade de renda, a AFL-CIO lançou sua própria plataforma econômica, baseada nas politicas keynesianas de outrora. E para contornar as restrições nos direitos a sindicalização, os trabalhadores estão começando a se organizar em modalidades não contempladas pelas leis trabalhistas, em associações conhecidas como “centros de trabalhadores” ou em sindicatos com representação minoritária, que não tem um direito inerente a negociação coletiva mas podem mudar de facto as praticas trabalhistas dos patrões através da mobilização. E para representar melhor os setores “não-tradicionais” da classe trabalhadora estadunidense, a AFL-CIO está forjando alianças inovadoras com organizações de mulheres, negros e imigrantes, alias de focar muitas de suas novas campanhas de sindicalização em setores que registram uma preponderância de estes grupos de trabalhadores e trabalhadoras. Não se sabe ainda se estas politicas novas possam vencer os flagelos da precarização, desvalorização, desindustrialização e marginalização politica que a classe trabalhadora estadunidense encara hoje. Mais pelo menos é uma importante tentativa de resgatar o poder e a solidariedade da classe, que faz tanta falta numa sociedade na qual o “sonho americano” já virou pesadelo para muitos. ★

***Jana Silverman** é sindicalista estadunidense e Doutora em Economia Social e do Trabalho da UNICAMP

14ª Jornada de Formação Política



Data:
janeiro de 2015

Local:
Aracaju (Sergipe)

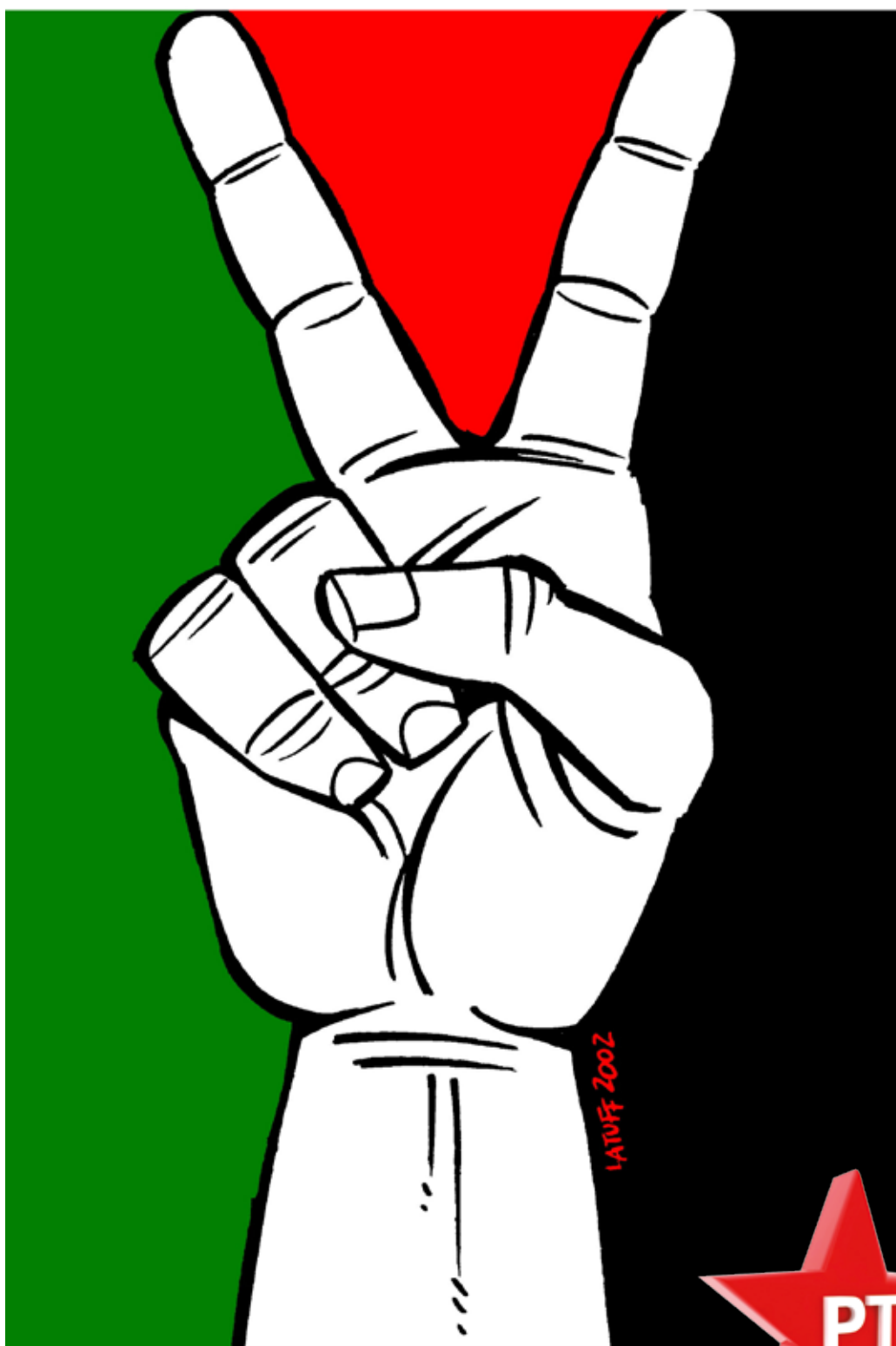
Cursos oferecidos:

- As resoluções do Partido dos Trabalhadores e da AE
- Os movimentos sociais e a luta pelo socialismo
- Planejamento e comunicação de campanhas eleitorais
- Para entender o capitalismo e o Brasil: curso de leitura de O Capital

Inscrições através da página www.pagina13.org.br



Resistir é um direito, apoiar é um dever



O Partido dos Trabalhadores, seus candidatos, sua militância, em especial aquela que atua nos movimentos sociais, deve desencadear uma forte campanha em solidariedade ao povo palestino.

A ofensiva militar desencadeada pelo governo de Israel contra a Faixa de Gaza, realizada sob o pretexto de reação defensiva contra os ataques promovidos pelo Hamas, é parte de uma estratégia colonialista, por sua vez articulada com os interesses imperialistas na região.

De acordo com esta estratégia, é inaceitável tanto a convivência pacífica entre dois estados (Israel e Palestina), quanto a existência de um único Estado laico e democrático.

A extrema-direita que governa Israel busca fundamentar suas ações com base num discurso claramente racista, sobre a superioridade étnica de uns e a inferioridade de outros.

Ao mesmo tempo, a extrema-direita de Israel acusa seus adversários de antissemitismo e de ser contra a existência mesma de Israel.

Mas a verdade é outra: quem vem se demonstrando como o pior inimigo de Israel e quem vem se convertendo na maior ameaça ao judaísmo é exatamente esta extrema-direita, entre outros motivos porque oferecem pretextos ao antissemitismo.

O Partido dos Trabalhadores, coerente com as melhores tradições democráticas, socialistas, revolucionárias, recusa qualquer tipo de fundamentalismo; denuncia qualquer forma de antissemitismo; combate toda forma de racismo, inclusive quando aparecem sob a forma de sionismo; e reafirma os direitos do povo palestino a autodeterminação, a soberania nacional, a seu Estado democrático.

Um povo ocupado tem o direito de combater seus ocupantes. E um partido de esquerda tem o dever de levantar sua voz em favor das vítimas da opressão colonial.

Neste sentido conclamamos a militância petista a engajar-se em solidariedade ao povo palestino.

